

# As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal

Pedro Ribeiro de Menezes

## I Introdução: Portugal no Mundo Hoje. Vocação Européia e Vocação Atlântica. Atlantismo e Brasil

1. Com uma notável sintonia e elevando-se acima das naturais divergências políticas e partidárias, os últimos Governos portugueses estabeleceram, como estratégia para o relacionamento externo do País, o objetivo de lograr uma maior afirmação de Portugal no mundo – este mundo que vem conhecendo um processo de transformação acelerada e, em tantos aspectos, imprevisíveis. Portugal não quer limitar-se a flutuar ao sabor dos ventos, porque os ventos nem sempre sopram de quadrantes favoráveis. É conhecida a orientação portuguesa na matéria, que não faz ser não espelhar características próprias da raça lusitana: primeiro, a defesa de princípios éticos que inspiram a consciência coletiva do povo português; depois, o exercício, de qualidades intrínsecas de prudência, pragmatismo e tenacidade.

Estes são os ingredientes básicos para que se alcancem as grandes metas que Portugal persegue na sua política externa, tradicionalmente universalista e ecumênica.

2. E, na verdade, Portugal, apesar das suas limitações, conta com trunfos não desprezíveis para o sucesso de quanto se propõe: é um País aberto ao exterior, com uma estável situação política e uma dinâmica situação econômica. Com 10 milhões de habitantes e uma forte coesão nacional, Portugal representa 0,65% do comércio mundial (o Brasil representa 0,89%), dispõe de um PNB “per capita” de cerca de 12 mil dólares, tem uma inflação controlada que se vai situar abaixo dos 3%/ano e uma taxa de desemprego de cerca de 7%, uma das mais baixas da União Européia. O “World Competitiveness Report” de 1994 colocou-nos entre os 40 principais Países.

3. Acrescentaria que, genericamente, o nosso interesse prioritário será o de mostrar ao mundo um Portugal solidamente ancorado nas sociedades democráticas e pluralistas, com o sistema econômico moderno e aberto que já referi, mas sempre – e cada vez mais – atento à solução de problemas sociais que remanescem, e com um povo que se orgulha de possuir uma das mais universais culturas entre as Nações contemporâneas. Embora a nossa dimensão relativa o não exigisse à partida, certo é que, por razões históricas e culturais, temos, enquanto País, interesses que se elevam ao plano global. Mas, dentro da globalidade, talvez se deva afirmar (e aqui começamos aproximar-nos do cerne do nosso encontro de hoje) que os nossos alvos principais se situam preferencialmente no quadro de um contexto regional: a área Euro-Atlântica.

4. Existe pois uma prioridade “imediata”, que situamos na União Européia; existe também uma prioridade “mediata” – mas não menos importante... – que é a do espaço da Língua Portuguesa.

5. Repito que, à cabeça das nossas opções deverá referir-se a União Européia. Não tenhamos quaisquer ilusões sobre a validade de alternativas capazes de gerarem desenvolvimento acelerado e de restituírem plenamente Portugal – encerrado o seu ciclo de preponderância ultramarina – à zona geopolítica em que se insere.

6. Portugal é uma das faces e uma das vozes da Europa, assim como uma presença firme e atuante em todas as suas Instituições e ações conjuntas. É um Estado-Membro com exatamente os mesmos direitos e obrigações dos demais e a União, nos seus trabalhos, utiliza também a língua portuguesa. Mas quanto acabo de exprimir traz consigo uma conclusão de acentuada importância para quem deseje entender os anseios de posicionamento de Portugal na conjuntura de hoje: o meu País não se sente constrangido pela sua condição de membro da União Européia em relação às suas alianças preferenciais com Países que se não situam no quadro europeu. Muito pelo contrário: é justamente essa condição que nos dá a possibilidade de prosseguir, com maiores recursos, os outros objetivos tão caros à política externa portuguesa como o aprofundamento do diálogo com os países que conosco partilham da lusofonia. Olhamo-nos, não como um pequeno Estado na periferia Sul da Europa, mas como um Estado, pequeno sim, mas situado ao centro de uma constelação de Nações interligadas e nela capaz de desempenhar, por fatores históricos e afinidades culturais, uma função de ponte e um papel de agente nas aproximações intercontinentais. Desta forma, o relacionamento com os Países de língua portuguesa é uma vocação e é uma exigência, para além de neles determos agora interesses muito relevantes de caráter político e econômico que devemos acautelar e aprofundar.

7. É o caso dos novos Estados africanos? Sem dúvida. Mas é, sobretudo, o caso do Brasil, apontado – e pelas mais autorizadas vozes do Estado português,

como aqui em abril se não cansou de repetir o Primeiro-Ministro António Guterres – como um dos maiores, senão o maior destinatário individual da política externa de Portugal.

8. Convido-vos pois a que aqui examinemos aquilo que, do lado português, são as linhas-mestras que desenham, no Espaço e no Tempo, o relacionamento especial que une Portugal ao Brasil. No entanto, e antes de o começarmos a fazer, permitam-me deixar cair duas considerações preliminares.

9. Duas sociedades, em que uma foi a colonizadora e a outra a colonizada, serão, século após século, “sociedades-espelho” que se refletirão uma na outra até ao infinito. Mas os espelhos da História nunca são planos; ora côncavos, ora convexos, projetam imagens distorcidas e impedem que quem neles se olhem se vejam com objetividade. Assim, e em primeiro lugar, situações de colonização dão inevitavelmente lugar a sentimentos fortes – às “fobias” e ao seu contrários, as “filias”. Assim, e em segundo lugar, as relações guardam, também inevitavelmente, uma vertente emocional que provoca mitos e tende a ofuscar a realidade. Ora, nesta análise, como em outra qualquer que se queira lúcida, a principal responsabilidade é dar à razão a parte da razão e ao coração a parte do coração. E espero que juntos constatem, daqui a pouco e em conclusão, a indissolubilidade dos vínculos que ligam o Brasil a Portugal. A nós, portugueses, nem nos ocorre que alguém imagine ou pretenda que Portugal se desinteresse de ter laços privilegiados com o Brasil – Brasil, o maior sucesso da História portuguesa, sem dúvida ainda o seu mais promissor desafio no século XXI. Gostaria de que, entre os brasileiros, houvesse a mesma percepção.

10. Olhemos pois os mitos e as realidades; os mitos, para remetê-los aos Museus. As realidades, para continuar a transformá-las em ação.

## II. O Passado Comum. A História e o Modo como as Sociedades se Olham

1. Se parece indiscutível que as relações entre Portugal e o Brasil são importantes para os dois Estados e para os dois Povos, não menos verdade será que esse relacionamento deve também parecer importante perante nós próprios – o conjunto da cidadania de ambos Países – e perante os estrangeiros, que observam com curiosidade a singularidade dos nossos vínculos. A política é um exercício visível, que se não confina ao segredo dos Gabinetes ou ao silêncio das bibliotecas dos estudiosos; na política, as aparências possuem um valor que se confunde com o das realidades.

2. Mas inventariar os laços luso-brasileiros é uma tarefa difícil, dada a abundância de estereótipos e de sofismas, de especialistas e de generalistas, de sábios

e de profetas da opinião pública, que, em ambas margens do Atlântico se têm debruçado sobre esses laços. Neste terreno, só não entrou a indiferença. E, a cada momento, é preciso olhar a História, se quisermos discorrer sobre o Portugal de hoje e o Brasil atual.

3. A História escreve-se sempre no tempo presente, embora com matérias sedimentadas a partir de outras eras. Não cabe no âmbito desta palestra resumir os passos da aventura que começou com Pedro Álvares Cabral. Quer eu próprio, como representante do Estado português no Brasil, quer todos os que têm a gentileza de me escutar, possuem o conhecimento e a consciência dos grandes e dos pequenos eventos que desenharam o mapa da viagem que juntos fizemos durante séculos. Lisboa foi a capital das terras de Vera Cruz; mas o Rio de Janeiro foi a única cidade do continente americano que desempenhou o papel de capital de uma potência européia.

4. Ninguém terá a ignorância ou a amnésia de sustentar que isto nada significa para os nossos Povos. E sendo as nossas relações, acima de tudo, as relações entre os dois Povos, vejamos então como eles se olham e, sobretudo, como o Brasil olha Portugal e em que conceito os brasileiros têm os portugueses. Existirá, nessa avaliação, o que me permitirei chamar uma componente histórica e uma componente sociológica.

## A. A COMPONENTE HISTÓRICA

5. A imagem dos portugueses no Brasil é o produto da combinação entre a presença histórica dos colonizadores (“reinóis”) e a influência social dos contingentes de imigrantes que lhes sucederam nos séculos XIX e XX, estimados – só estes... – em cerca de três milhões e meio de pessoas.

6. Desde o início do século XVI – muito cedo após a descoberta – que o Brasil passou a ser associado à imagem do sucesso financeiro de uma colônia que alimentava o Reino de Portugal. Essa função de fonte de riqueza, foi-se tornando mais evidente à medida que declinava o Império do Oriente, que progrediram as plantações de açúcar no Nordeste e que prosperava o comércio dos escravos. O Brasil estava nas mãos da Metrópole; mas ocupava, junto desta, um lugar de relevo que lhe era prestigiante. Os filhos dos “reinóis” começaram a aspirar passarem por Portugal para depois, regressados a Brasil com os estudos e o verniz da Europa, aqui verem reforçado o seu estatuto social. Foi-se implantando uma sociedade européia, inspirada nos valores portugueses da época. Claro que a atmosfera mais tropical podia alterar os costumes e que as características intrínsecas do Brasil faziam despontar uma cultura autônoma; mas tal não era suficiente, contudo, para criar um espírito de nacionalidade própria.

7. Ao contrário da América espanhola, onde uma rápida descoberta do ouro deu origem a vários centros de poder que propiciavam futuras autonomias (autonomias que se vieram a revelar sangrentas e por isso bloquearam os sonhos e os esforços de unificação), no Brasil uma mais tardia descoberta do ouro, uma administração colonial mais forte (reforçada pelo Marquês de Pombal ao abolir os vínculos hereditários nas capitanias) e a consistência de uma ação missionária apoiada no espírito peculiar dos Jesuítas, conseguiriam um desenvolvimento centralizado e orientado a partir do Sul do País no final do século XVIII.

8. Aí começa o despontar da nacionalidade brasileira. Faz-se, naturalmente, contra Portugal – não poderia fazer-se contra mais ninguém. A descoberta do ouro em Minas Gerais provocaria um afluxo de aventureiros portugueses que logo se oporiam aos bandeirantes paulistas e chegaria a provocar episódios violentos. Uma latente discriminação entre “reinóis” e “mazombos” – filhos de “reinóis” – estimularia o crescente desentendimento entre portugueses de origem e os nascidos no Brasil. O descontentamento com a Metrópole ocasionaria uma série de incidentes que os historiadores bem conhecem, ocorrendo-me citar, entre outros, a “guerra dos mascates” no Recife.

9. Assim, e gradualmente, a consciência crescente que os habitantes do Brasil foram tendo do seu quase mitológico potencial, aliada às taxas elevadas sobre os súditos na Colônia, agravada pelos erros da Administração e apimentada pela percepção das frivolidades estéreis da Corte portuguesa, foi criando uma situação insustentável. A época coincidia, também, com um terreno fértil para o despontar do Mundo Novo, as idéias de liberdade espalhadas pelas Revoluções Francesa e Norte-americana e partilhadas pelos “bacharéis”, filhos de “reinóis” que procuravam a Europa como fonte de refinamento intelectual. A Inconfidência Mineira ganharia o seu lugar histórico como uma explosão do descontentamento latente. A ruptura entre a Coroa e as classes dominantes no Brasil – ainda fiéis havia pouco... – perfilava-se como incontornável, mesmo que não se ousasse falar de independência ou que a palavra fosse apenas sussurrada. O que faltava ao Brasil? Um sentimento nacionalista de amor-próprio. E a vinda da Corte (que mais do que fuga de Napoleão, foi um sábio movimento de estratégia) tornou a Colônia em centro do Império, e foi o ingrediente que faltava. Da presença da Corte ao Grito do Ipiranga medeou apenas um pequeno passo. Sabemos todos como tudo ocorreu e como o Brasil tomou, em suas mãos, o grande destino mundial que lhe pertence. Esse destino, todavia, nasceu e ficou vinculado ao destino português, também engrandecido pela independência brasileira. Não tem outro sentido a frase do Presidente português que, ao pisar terra brasileira um século mais tarde, disse, serena e simplesmente, que vinha agradecer ao Brasil o ter-se tornado independente.

## B. A COMPONENTE SOCIOLÓGICA

10. A partir de meados do século XIX, despojado do seu papel de metrópole colonial, o papel de Portugal no Brasil independente seria grandemente um outro: o de fornecedor de imigrantes que constituiriam a segunda vertente de uma imagem que ainda persiste. De origem quase sempre humilde, concentrados na atividade comercial e portanto com uma mais fácil inserção social que a dos agricultores de outras etnias, a identidade e a proximidade com a população torná-los-ia – valha a verdade... – alvos de ironia e de contestação, às vezes até mesmo “bodes expiatórios” de males persistentes na sociedade brasileira. Bastará que recordemos virulências panfletárias de uma “guerra dos chouriços” ocorrida no Rio de Janeiro e que retratava, sem ver, essa grande massa popular como figuras rudes e cobiçosas, ávidas e avarentas, gordas e sensuais. A visão, por distorcida que fosse, teve a pele dura e uma vida longa.

11. E é desta forma, parece-me, que da combinação entre os aspectos menos felizes da colonização e dos fluxos migratórios resultou a persistência de uma “imagem” – uma certa “imagem” – dos portugueses no imaginário brasileiro. Em livros de História, em textos jornalísticos, em manifestações diversas de índole intelectual e artística, é possível registrar testemunhos, diretos ou indiretos, dessa distorção das realidades. E, em alguma medida, ensombreceu-se o mérito genuíno da coragem aventureira dos pioneiros, da pujança econômica que aqui alicerçam, das raízes culturais e das expressões de solidariedade humana que portugueses deixaram impressas no complexo tecido social que é o do Brasil. Desta forma, os tais espelhos côncavos ou convexos a que aludi, levaram a que caricaturas e mitos se mesclassem aos valores que permitiram a independência de um País de 8.500.000 km<sup>2</sup>, habitado por uma sociedade onde, apesar de imperfeições inerentes a todas as sociedades, predomina a tolerância, com fronteiras consolidadas por uma das mais hábeis diplomacias da era moderna, e com sentimentos de unidade e de consciência nacional que é julgada sem igual em todo o continente americano.

## C. LIÇÕES DE UMA REFLEXÃO SOBRE A IMAGEM

12. Falamos e pensamos, pois, em termos de uma singular proximidade. Não será por acaso, dada essa irrefutável proximidade, que as metáforas familiares sejam tão freqüentes quando se abordam as relações especiais entre Portugal e o Brasil: a família é um núcleo carregado de afetos, mas também carregado de tensões. O grau de parentesco serviu como indicador segundo o qual era olhado o relacionamento dos dois Países: ao começo, a idéia de “mãe-pátria” e de “filho dileto” mascarava a desigualdade do vínculo até à independência brasileira. Já o

conceito dos “Países-Irmãos” veio introduzir uma noção de maior equilíbrio, mas contendo ainda algum grau de conflitualidade, pois que os irmãos amam-se mas disputam-se entre si.

13. Devemos, portanto, remediar algum “desgaste” da imagem de Portugal no Brasil, complementando por certo desinteresse, do lado brasileiro, em a atualizar e, do lado português, pela ausência de ações adequadas para o combater. É uma obrigação a reflexão conjunta sobre os meios para reverter esta situação.

14. Mesmo que com manifestações de simpatia para com o processo de modernização português pós-Revolução de 25 de Abril de 1974, no Brasil ainda se não registrou – em toda a necessária extensão – o esforço de alterar a tradicional maneira de olhar Portugal. Entretanto, Portugal teve melhor oportunidade de o fazer em relação ao Brasil, quer pelo impacto dos fluxos migratórios pós-75, quer pelo crescente acesso aos “mídia” audio-visuais que, independentemente da sua qualidade intrínseca, permitem atualizar os retratos das sociedades e dos costumes. A visão “colonialista” de Portugal em relação ao Brasil desapareceu por força da História; do ângulo brasileiro, deve ter-se como assumido definitivamente o processo de constituição de uma identidade nacional soberana e forte.

15. Haverá que retirar dos exemplos um apego a mecanismos que evitem situações extremas e que libertem os dois Países da prisão de circunstâncias, ora menores, ora imponderáveis. Quer-se e procura-se valorizar a imagem de Portugal no Brasil, bem como reforçar a densidade e a substância do relacionamento português com este País. Pretende-se modificar uma retórica oficial, cansada de tanto apelar para o sentimentalismo. Deseja-se pôr termo à tenacidade da imagem negativa, que ainda subsiste, dos portugueses no Brasil, à sobrevivência dos seus traços mais caricaturais, que há muito não correspondem ao perfil real da média da comunidade luso-descendente. Dessa imagem negativa, aliás, escaparam outras comunidades menos ligadas à edificação do Brasil, de origem tão humilde como grande parte da nossa e que se encontram, na atualidade, livres de referências pejorativas e aureoladas do justificado prestígio que o seu labor também lhes granjeou. Anseia-se por reescrever e reler a História, para que se esclareçam os erros e fiquem claros os méritos e os deméritos. A valorização justa de uma presença deve ser o instrumento de objetivos que se lançam para o futuro. E o Brasil, liberto de algum sentimento passado – alimentado por décadas de crise – de alheamento da sociedade internacional, poderá arquivar de vez todos os restos de um processo (mesmo que às vezes doloroso...) de separação de Portugal. Poderá, então, descobrir Portugal em si mesmo e associá-lo, como um complemento de prestígio, à reconstrução de sua própria imagem projetada, cada vez mais, para o mundo inteiro.

### III As Relações no século XX e a fraternidade luso-brasileira no despontar do século XXI

1. No decurso deste nosso século XX, subsistiram, é certo, algumas episódicas crises luso-brasileiras, mas que não contiveram o imparável movimento de aproximação e o crescimento da genuína Comunidade de Afeto (mais do que quaisquer parentescos) que os dois Povos protagonizam. Se o conceito de “lusobrasileira” se afirma como indiscutível, tivemos também o episódio do asilo político ao General Humberto Delgado, as posições do Brasil na ONU contrárias à política africana do anterior Regime português e, ainda mais recentemente, as dificuldades no reconhecimento de diplomas do ensino superior e no acesso de cidadãos brasileiros a território português.

2. Mas desenvolvemos, desta e da outra margem do Atlântico, a consciência de que as nossas relações são, na verdade, especiais. Tão especiais que mesmo a expressão modesta do relacionamento econômico, financeiro e comercial, era amplamente compensada pelas atividades situadas noutras esferas – mais difusas mas não menos relevantes... – da política, da cultura, dos sentimentos, da própria referência recíproca que um e outro País encontra no seu parceiro.

3. E, como não poderia deixar de ser, as relações entre Portugal e o Brasil foram necessariamente influenciadas, de forma particularmente positiva, pela profunda alteração qualitativa que ocorreu em ambos os Países nas últimas décadas. Cada um galgou um novo patamar e os dois foram além dos simbolismos e empatias que haviam condicionado, tão acentuadamente, o nosso relacionamento anterior e um novo sentido de especificidade bilateral marcou-nos a partir do Tratado de Amizade e Cooperação de 1953.

4. Esse documento veio dar forma jurídica e conteúdo político-diplomático a essa especificidade. Com o Tratado de 1953, Portugal passou a ocupar, de fato e de direito, um lugar de realce na política externa do Brasil, só comparável ao lugar que já ocupava no seio da nação brasileira como fator de identidade nacional e como virtual “segunda pátria” à qual todo o cidadão do Brasil poderia acolher-se, a exemplo do que aqui tinham feito gerações de portugueses.

5. Como há pouco disse, a própria evolução de Portugal e do Brasil alterou, de forma cada vez mais decisiva, o perfil das relações bilaterais, já que ambos os Países pouco têm hoje em comum com o que eram, e como eram, nessa década de 50, a que chamamos a “década-síntese” da relação especial.

6. Para Portugal, a exigência, o imperativo, o desafio, consistem em aqui recuperar um tempo algo perdido e em reconquistar de um espaço político e econômico algo deixado de lado. Neste limiar do século XXI, quando o Brasil mais se perfila como grande potência mundial, Portugal reequaciona – dentro dos seus limites e

das suas forças – o relacionamento com um parceiro de sempre. Tem consciência de que opta claramente por privilegiar esse relacionamento e colocá-lo acima de qualquer outro; procura alcançar todas as facetas da sociedade brasileira e cobrir todo este imenso território; empenha-se em dar à sua ação características de consistência e continuidade. O Portugal modernizado de agora prossegue aqui uma ação global para projetar a imagem – exata, viva, real – do País que é, pois que avalia que só assim estará em medida de dialogar com um Brasil, ele também mais poderoso, mais moderno e mais exigente. Foi isto que veio ao Brasil dizer, há escassos meses, o novo Primeiro-Ministro de Portugal, que trouxe consigo, em penhor de quanto afirmou e de quanto se propõe fazer, o maior grupo de políticos, empresários e agentes de cultura que alguma vez veio expressamente ao Brasil nos tempos modernos.

7. No plano das realidades concretas, já a partir de alguns anos atrás – e para obviar as dificuldades circunstanciais a que aludi... – os Governos de Lisboa e Brasília decidiram reforçar o diálogo e aprofundar a ação. Diálogo foi o conselho constante dado às entidades profissionais interessadas em resolver o exercício de profissões por nacionais de um País em território de outro. Ação foram, por exemplo, as rigorosas instruções dadas pelo atual Governo às entidades portuguesas que controlam o acesso ao território nacional no sentido de prevenir – cumprindo embora a lei – incidentes em aeroportos, como os que ficaram conhecidos, bem como a celebração de uma vasta série de Acordos, Convenções e Protocolos: Promoção e Proteção de Investimentos, Protocolo de Transporte e Navegação Marítima, Ratificação de Acordos de Extradicação e Mútuo Auxílio em Matéria Penal, Acordo de Segurança Social, criação do Grupo Permanente de Cooperação Consular, revisão do Acordo de Vistos, Protocolo de Cooperação entre os Ministérios de Relações Exteriores, para a formação de Diplomatas, ratificação do Acordo Ortográfico pelo Brasil, etc. Ação – e bem visível – foi a II Cimeira bilateral protagonizada na visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Portugal (julho de 1995) e a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro António Guterres a que já aludi. Ação é o incremento do ritmo – a um nível nunca antes experimentado – de intercâmbio de todos os elementos da sociedade, pois que nunca é demais repetir: as relações entre Portugal e o Brasil não são as relações entre dois Estados soberanos; são as relações privilegiadas entre duas sociedades, nelas cabendo todos os ramos da atividade humana, sejam eles académicos, científicos, económicos-financeiros, comerciais, desportivos, culturais ou artísticos.

8. Estes passos conjuntos, dados pelos dois Governos e através também de uma paciente tarefa levada a efeito pelas duas diplomacias, permite afirmar, com serenidade mas com firmeza, que nunca em 174 anos, as relações entre Portugal e o Brasil estiveram tão boas.

9. O Estado português assume as suas responsabilidades e, sem se substituir naturalmente à iniciativa privada, mobiliza prioritariamente para o Brasil os seus organismos vocacionados para a cooperação externa. Em primeiro lugar – perdoe-se-me a imodéstia – figura a ação da Embaixada, apoiada em alto grau pela renovação da rede consular, dedicada não só às atribuições burocráticas clássicas, mas também ao apoio dos intercâmbios culturais e comerciais. Essa rede é a maior do Estado português no exterior e compõe-se de nove postos confiados a funcionários do Serviço Diplomático (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Belo Horizonte, Recife e Belém) e a 42 Consulados honorários.

10. No campo cultural, a política governamental é agora executada pelo “Instituto Camões”, dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e encarregado de potenciar as ações através de uma atuação concertada. Contará com Centros Culturais que se irão progressivamente alastrando pelo território brasileiro.

No campo do comércio, dos investimentos e do turismo, o ICEP, órgão também estatal, vela pela promoção da imagem de Portugal no Brasil e pelos interesses de intercâmbio específicos em tais áreas. Todas são do maior relevo: o turismo recíproco pode e deve ser redimensionado, aliado a uma política mais aberta de transportes aéreos, o comércio mútuo, embora duplicando em cada um dos últimos anos, é ainda de um volume inaceitável, os investimentos, esses prosseguem a bom ritmo e os empresários, públicos ou privados, em diversos domínios da atividade econômica descobrem as novas e mais sofisticadas formas de aplicação de capitais que impulsionam o nosso tempo.

No campo da cooperação estatal, registre-se, finalmente, a atividade do Fundo para a Cooperação Econômica, também integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros e que por si, em apoio a empresas privadas ou em triangulações com organismos internacionais, ajuda a implementar no Brasil projetos de desenvolvimento regional.

11. Ao referir aspectos econômicos, não poderá deixar de pensar – e de colher ensinamentos – no papel determinante do Brasil no MERCOSUL e na bem-sucedida participação de Portugal na União Européia, dois grandes espaços de integração regional que celebraram recentemente o Acordo-Quadro de Cooperação destinado a lançar, a médio prazo, as bases de uma grande Zona inter-regional de livre comércio e de associação entre a Europa e a América do Sul. Neste contexto, o diálogo luso-brasileiro enriquece-se e é enriquecido pelas perspectivas abertas às relações globais entre os dois continentes.

12. E, ao falar no enriquecimento que traz às relações bilaterais a sua inserção em relações globais, na inegável “mais valia” que o geral traz ao particular, é indispensável mencionar aqui que, com a indispensável presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso, se assinou em Lisboa, em julho último, o Ato

Constitutivo da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa. A Comunidade nasceu então? Creio que não. Apenas em Lisboa se solenizou uma Comunidade nascida e construída ao longo de centenas de anos de convivência comum, de experiências compartilhadas, de valores referenciais e – acima de tudo – da utilização da língua portuguesa por quase 200 milhões de habitantes deste planeta. Língua portuguesa, “nossa Pátria” da qual nenhum dos Sete Estados que a utiliza é dono, mas que pertence – mesmo que evoluindo segundo as características que cada Nação possui – a um conjunto autônomo de vida e de cultura. Esse conjunto, agora institucionalizado, lançar-se-á em ações concretas de entre-ajuda dos seus membros e a uma crescente afirmação coletiva na cena internacional. Louvemo o Brasil, maior expressão do gênio lusíada, que liderou com entusiasmo o processo da criação formal da CPLP.

13. Ainda no plano do concerto das nações, também nas Conferências Ibero-Americanas, portuguesas e brasileiros encontram um novo “fórum” para coordenar posições e interesses. Únicos dois Países desse vasto grupo a falarem português, era natural que Brasil e Portugal ali se associassem ao dialogarem com os seus numerosos parceiros de fala hispânica. Finalmente, em todos os Órgãos das Nações Unidas e outras instâncias internacionais, Portugal e o Brasil concertam posições, apoiam reciprocamente candidaturas nacionais e demonstram, perante terceiros, a solidariedade que os une e a semelhança dos ideais que defendem.

## IV Conclusão

1. No ano 2.000, os dois Países, os dois Governos, as duas Sociedades celebrarão – coroando um preparação já iniciada – uma metade de milênio: serão 500 os anos, desde que Pedro Álvares Cabral aportou – não por acaso – a Porto Seguro e aí fez iniciar o romance verídico de uma relação única no mundo. Tudo o que fizemos juntos, tudo o que somos juntos – as nossas glórias e os nossos erros, os nossos afetos e os nossos ressentimentos, as nossas virtudes e os nossos males, os nossos mortos e a nossa juventude – tudo nos obriga a enfrentar em união os desafios do século XXI, para que nele venhamos a partilhar de novas descobertas. Em união, distantes mas próximos, diferentes mas idênticos, independentes mas fraternos, Brasil e Portugal; Portugal e Brasil. Evoco de novo a metáfora dos espelhos para declarar que estou convicto de que encontraremos, em companhia de todos os lusófonos, o modelo de convivência, flexível e imaginativo, que consolidará os nossos laços, os transformará sob as exigências de vertiginosas transformações planetárias e nos afirmará como geradores de contributos para o progresso dos Países que somos e para a paz na cena mundial. A História que escrevemos foi feita a golpes de audácia. Teremos de ser audazes nos exercícios solidários do próximo milênio.